

### 3. REDES do TUPÉ: entre desafios e possibilidades de conservação ambiental

A crise ambiental vivida na contemporaneidade exige que o homem assuma de forma consciente o seu pensar e o seu fazer no mundo. Essa tomada de consciência vai propiciar a reflexão e interação na produção do conhecimento. Compreender como o homem se relaciona com a natureza é essencial para se construir estratégias que previnam a degradação ambiental.

Nesta etapa do estudo, pretende-se apresentar a REDES do Tupé de forma mais detalhada para cumprir o objetivo de aprofundar o conceito de populações tradicionais e demonstrar a importância desses grupos sociais para a conservação do meio ambiente.

A importância da REDES do Tupé é determinada pelo patrimônio natural e cultural protegidos em seus limites estando apropriado às condições socioambientais de grandes áreas de terras e das populações. O quadro 7 apresenta as Unidades de Conservação localizadas nas proximidades da REDES.

#### Quadro 7- Unidades de Conservação localizadas nas proximidades da REDES doTupé

ORDEM	DENOMINAÇÃO	GESTÃO
1	Estação Ecológica de Anavilhanas	Federal
2	APA Margem Esquerda do Rio Negro	Estadual
3	Parque Estadual do Rio Negro – Setor Sul	Estadual
4	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé	Municipal
5	APA do Tarumã – Ponta Negra	Municipal
6	APA do Puraquequara	Municipal
7	Reserva Florestal Adolpho Ducke	Federal
8	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Jatuarana	Municipal

O Tupé abriga hoje seis comunidades ribeirinhas e o acesso a essa região é feito exclusivamente por via fluvial, utilizando embarcações de pequeno porte (canoas e motores de popas). A ocupação desta área vem ocorrendo aproximadamente há quarenta anos.

A comunidade Nossa Senhora do Livramento, objeto desta pesquisa, tem seu início em 1973, por um grupo de trabalhadores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Este local era apenas conhecido como Mari, a principal atividade econômica era a produção de carvão para o mercado consumidor de Manaus.

Siqueira et al (2007), em pesquisa realizada pelo projeto desenvolvido pela Associação dos Cientistas Sociais do Amazonas, apresenta os seguintes dados sobre essa comunidade: iniciou a ocupação de seu espaço a partir do igarapé do Mari, um dos braços do Tarumã-Mirin, seu terreno é mais acidentado do que plano, apresentando pequenos morros, pontuada por pequenas praias e recortadas por igarapés de águas escuras. Sua criação tinha a finalidade de organizar os moradores para garantir a posse da área já ocupada. Na década de 70, a população resumia-se a quatro famílias com cerca de 29 pessoas. Na década de 80, o número de famílias elevou-se para 19 e a população foi estipulada em 68 pessoas.

Em 2000, segundo Censo Demográfico do IBGE, a comunidade apresenta uma população de 220 pessoas, sendo 116 do sexo masculino e 104 do sexo feminino. Enfim, em 2007, a comunidade Nossa Senhora do Livramento está composta por aproximadamente 323 famílias e 969 moradores, possuindo a maior densidade populacional das comunidades integrantes da REDES, com 8,09 habitantes, conforme evidenciado no quadro 8.

#### **Quadro 8- Densidade populacional das comunidades integrantes da REDES do Tupé**

<b>Comunidades da RDS Tupé</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Moradores</b>	<b>Densidade (hab./km<sup>2</sup>)</b>
<b>Agrovila</b>	194	582	4.860937108
<b>Julião</b>	139	417	3.482836382
<b>Nossa Senhora do Livramento</b>	323	969	8.093209722
<b>São João do Tupé</b>	109	327	2.731145076
<b>Tatu</b>	267	78	0,651465798
<b>Colônia Central</b>	45	135	1,127536958
<b>Total</b>	836	2508	20,94713104

### 3.1.

#### **A Comunidade Nossa Senhora do Livramento: cultura, história e a construção de uma nova prática**

A comunidade Nossa Senhora do Livramento foi a primeira da região do Tupé. Durante as entrevistas com os moradores da comunidade, observamos em seus relatos que a escolha pelo lugar Tupé se dá pela beleza, tranquilidade, segurança e trabalho. Torna-se importante salientar que os moradores do Livramento nasceram na própria comunidade, em Manaus ou em cidades do interior do Amazonas, sendo ínfimo o número de moradores nascidos em outras regiões do Brasil.

A grande maioria passou um tempo por Manaus, à procura de emprego, estudo para os filhos ou tratamento de saúde, entretanto, não conseguiu se adaptar ao ritmo da cidade grande. A falta de qualificação para o trabalho na cidade, a pouca ou nenhuma escolaridade também dificultaram essa nova realidade.

A experiência em Manaus surge como sendo negativa. A falta de oportunidades ligadas ao emprego, à grande população da cidade, poluição, os ruídos provocados pelos carros, violência, foram fatores considerados pelos moradores como importantes na hora de escolher a comunidade do Livramento no Tupé para fixar residência.

O modo como a comunidade está organizada fisicamente é semelhante as demais comunidades da REDES, são construções típicas do interior: as casas estão dispostas lado a lado, algumas guardam pequenas distâncias, outras podem estar a centenas de metros uma das outras. As construções para moradia nesta comunidade são bastante variadas: existem casas feitas totalmente de madeira e cobertas com telhas de amianto ou zinco, de alvenaria, casas de material misto (alvenaria e madeira ou madeira e palha), casas suspensas por “pernas- mancas” e há também as residências do tipo flutuante. Contudo, as construções seguem o padrão de casa pequena variando entre 2 e 4 cômodos, compreendendo cozinha, quarto e sala. A figura 6 representa as edificações das residências.



Figura 6- Palafitas e Casa Flutuante.

No que se refere às condições de saneamento básico, ressalta-se a necessidade de implantação de medidas que permitam uma vida mais saudável, sem risco de contaminação para as pessoas, para os mananciais e para o solo.

São poucas as residências com banheiros dentro de casa, a grande maioria é feito na área externa e algumas nem possuem banheiro. As residências com banheiro interno ou externo, não estão adequadamente instalados, despejando os dejetos humanos no próprio terreno, prevalecendo o sistema de fossa negra localizada normalmente nas proximidades dos cursos d'água, contaminando o solo e as águas adjacentes – superficiais e/ou subterrâneas, podendo acarretar vários problemas de saúde. Como pode ser visto na figura 7, o banheiro de uma das residências do Livramento.



Figura 7- O banheiro de uma das residências do Livramento.

O sistema de utilização da água para consumo também é precário, segundo pesquisa realizada pelo Projeto Água e Cidadania (2007), alguns moradores retiram a água direto dos igarapés, outros de cacimba<sup>7</sup> ou poço próprio. A pesquisa constatou que os poços possuem profundidades muito abaixo da permitida pela legislação, e os vasilhames onde moradores costumam armazenar a água, muitas vezes, encontravam-se sujos e com muito lodo impregnado. A partir de análises físico-químicas e microbiológicas realizadas por outro estudioso, verificou-se que as águas não podem ser consideradas de boa qualidade, estando em desconformidade com padrões estabelecidos pela Portaria nº 518, de 25/3/2004, Anvisa. (Nascimento, et al, 2007)

Portanto, o consumo dessa água pode representar riscos e agravos à saúde. Na REDES, somente duas comunidades possuem Postos de Saúde, sendo um Posto de Saúde Comunitário, construído pelos próprios moradores da Comunidade São João do Tupé e um posto de Saúde Municipal no Livramento.

A energia elétrica, serviços de saúde, transporte, educação, são alguns dos enfrentamentos com os quais os moradores convivem diariamente e se ressentem da ausência de políticas públicas que assegurem a qualidade de vida. Com relação à energia elétrica uma moradora nos informa:

*Deixa eu falar só um exemplo da energia, passou cinco anos o poste aí na beira do rio para ser implantada, pois a SEMMA proibia a entrada da energia, fazia qualquer coisa, embargava qualquer trabalho, dizendo que não queria que desmatasse o ramal exatamente por causa do impacto ambiental, não iria dar a licença, não queria essa energia na reserva, e então passou cinco anos e isso*

<sup>7</sup> Poço que se cava até atingir um lençol de água subterrâneo, muito comum na região amazônica.

*gerou uma insatisfação imensa para os moradores. Nós fomos a uma reunião no Tupé e o Serafim (então prefeito de Manaus) disse que segunda-feira dia 13 de novembro a luz estaria entrando e o pessoal da Manaus Energia trabalhando. Em fevereiro nós questionamos, tenho até o jornal, fui com ele, ele foi inaugurar ali em Fátima a fábrica de cupuaçu e eu coloquei ele na parede e ele ficou vermelho como um tomate, eu perguntei a ele, quando a energia iria ser implantada na comunidade do Livramento, pois os postes estão na beira do rio há cinco anos e ele respondeu – Dona Francisca diga pra aquele povo lá que a energia vai ser sim implantada no Livramento. Demorou mais uns seis meses aí que ele mandou implantar, isso foi em 2009. (F. C. Presidente da Associação de Moradores do Livramento. Pesquisa de Campo. Agosto de 2010)*

De acordo com o relato da moradora, percebe-se que a instalação do serviço de energia elétrica é fruto da pressão que a comunidade impôs a Prefeitura de Manaus, não sendo resultado de políticas públicas voltadas para as necessidades das populações rurais. Também se percebe que os órgãos ambientais não facilitaram esta atitude em nome da conservação do local, porém deixaram de lado a posição dos moradores. Para eles, a vida se torna mais fácil com energia elétrica. O que parece luxo é uma necessidade que traz benefícios, como: armazenar os alimentos perecíveis, peixes, carnes etc por mais tempo; ter um momento de recreação e informação através da televisão.

Embora seja essencial a luz elétrica para a comunidade, o que se ouviu de outra moradora informa que o equipamento utilizado não suporta um grande número de objetos eletrônicos, pois a rede de energia não está tão bem equipada quanto em outras comunidades. Até nesse aspecto, os comunitários se sentem relegados, como informa a entrevista:

*É a sobrecarga de energia. Olha segundo o pessoal da Manaus Energia que conversou conosco. É porque é assim, tu vê que quando fala em zona rural, todo mundo pensa numa zona rural uma pessoa só tem um televisãozinha, as vezes que não tem uma geladeira. Acho que o projeto já começou por aí, eles não visaram quem nem Fátima, os transformadores de lá são de maior voltagem do que os nossos aqui. Porque ele já viram que Fátima era crescendo. Que já era um bairro praticamente de Manaus, então foi tudo feito conforme lá. Aqui não, acho que eles pensaram, é zona rural né. Cada um vai ter só uma geladeirinha, um freezer, eles não atentaram pra esse detalhe que aqui seja um área, digamos que até certo ponto turística, de muitas visitas, de pessoas com outros poderes já melhor né que mora né aqui, entende?(S. S. coordenadora social da comunidade do Livramento, moradora local há 22 anos. Pesquisa de Campo. Agosto de 2010)*

Com relação ao transporte para sair do Tupé, utilizam canoa e remo ou canoa motorizada da Associação dos Canoeiros da Marina do Davi e Fátima – ACAMDAF. Poucas pessoas do Livramento possuem condução própria para realizar a comercialização local dos produtos, frutos de seus trabalhos na roça. No interior da comunidade, os moradores se deslocam a pé ou de bicicleta.

Outra questão observada na REDES é a deficiência da comunicação entre as comunidades em face ao isolamento das casas, da distância física entre as comunidades e da precariedade de infra-estrutura local. A comunicação se dá por telefones públicos existentes em algumas comunidades e telefones celulares dos moradores.

A rede telefônica da comunidade do Livramento, por exemplo, foi totalmente danificada quando da instalação do Programa Federal Luz para Todos em 2009. Existe a torre de transmissão, porém os cabos da rede permanecem desativados. Contudo, segundo relato da coordenadora social da comunidade citada, há inúmeras solicitações emanadas da associação dos moradores do Livramento à SEMMA/Manaus Energia, para que seja solucionado este problema. Até o momento desta pesquisa de campo a situação continuava a mesma, ou seja, a comunidade está sem o serviço de telefonia pública.

A educação é outro aspecto condicionante na relação social entre os moradores da comunidade do Livramento. A política educacional, nos dois níveis de governo é desenvolvida de forma incipiente. A comunidade possui uma única escola de educação básica com as seguintes modalidades de ensino: Educação infantil e Ensino Fundamental - 1ª a 9ª séries nos turnos matutino e vespertino, tendo uma turma para cada série.

No turno noturno a escola é cedida para a Secretaria de Educação do Estado - SEDUC, com a modalidade Educação de Jovens e Adultos, utilizando a intermediação de mídias. Os professores, segundo a diretora da escola, moram em Manaus e se descolam para a reserva todos os dias. Incorrem, vez por outra, dificuldades relacionadas à falta de regularidade do serviço de transporte fluvial para a travessia dos professores (defeito mecânico ou falta de combustível na voadeira), ocasionado a falta de aula, o que reflete na qualidade da aprendizagem dos alunos.

Com relação à participação da escola no processo de conservação do meio ambiente, quando indagada à diretora da Escola Municipal São José I, sobre a existência de programas voltados para a comunidade estudantil a respeito da temática da educação ambiental, a diretora assim se posicionou:

*A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA é o órgão responsável por esse trabalho. Nós (a escola) fazemos algumas ações previstas no calendário escolar, como o dia nacional do meio ambiente, dia da árvore, e já fizemos mutirões de limpeza no entorno da escola. Os professores são orientados para falar do assunto em suas aulas, mas não temos um programa específico para esse assunto. (Profª. M. D. C., diretora pedagógica da Escola Municipal São José I na comunidade do Livramento. Pesquisa de Campo. Agosto de 2010)*

Infelizmente, na fala da diretora percebe-se que a questão ambiental não está sendo tratada de acordo com o que determina a agenda 21 (2000) na qual a educação ambiental deve ser um processo permanente de conhecimento e interação entre homem e natureza, para assim se tornar essencial na consolidação deste meio, sendo instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis. Isto requer educadores com aprofundamento teórico na luz da sustentabilidade, na qual se reconhece como necessária a mudança de hábitos de consumo e de comportamentos, o que, segundo a entrevista não acontece na REDES do Tupé, não é desenvolvido pela escola, nem pela SEMMA.

Cabe enfatizar que a educação pode contribuir para amenizar os problemas ambientais, não como o único ou principal instrumento de mudanças de estruturas políticas, econômicas ou culturais – que seria o que muitos autores apontam como “utopismo pedagógico”, “otimismo pedagógico” ou ainda “panacéia” (Brandão, 1985; Carvalho, L.M., 2006), mas como um importante instrumento de reflexão a respeito da relação homem-natureza.

Nesse sentido, corroboramos com o que Carvalho (2006, p.21) apresenta como sendo uma forte tendência atual: “reconhecer o processo educativo como uma possibilidade de provocar mudanças e alterar o atual quadro de degradação do ambiente com o qual nos deparamos. [...]”.

Ainda a respeito dessa questão, em entrevista com um aluno da 6ª série da referida escola, foi possível constatar que o envolvimento da escola com relação à



temática do meio ambiente não faz parte do currículo, nem está entre as prioridades dos assuntos desenvolvidos pelos professores, como pode ser comprovado no discurso do aluno:

*Na escola eu tenho aula de oito disciplinas, Português, Matemática, Inglês, História, Geografia, Ciências, Artes e Ensino Religioso. Os professores às vezes falam sobre o meio ambiente, mas é só na aula de Ciências. A escola não faz nada para conservar o meio ambiente dessa comunidade. Não temos palestras nem cursos sobre isso.* (B. L. U., 16 anos, morador nativo, aluno da 6ª série do Ensino Fundamental da Escola Municipal São José I. Pesquisa de Campo. Agosto de 2010)

Entendemos que a Educação Ambiental (EA) pode contribuir para que transformações se efetivem, na medida que colaborem para a formação de sujeitos autônomos (Rodrigues, 2001), ou seja, sujeitos com autonomia intelectual e de vontade, capazes de assumir o compromisso de participar da organização da sociedade e, sendo assim, de exercer a cidadania. Nesse sentido, a EA é um processo educativo comprometido com a construção da cidadania dos educandos, que passa certamente pela construção de uma consciência ambiental.

A presidente da comunidade e aluna da mesma escola no turno noturno também se manifestou sobre o assunto:

*Os professores dizem que não dá tempo pra falar dos problemas da reserva, senão a gente não vai conseguir aprender o que eles têm que ensinar. Às vezes a gente quer uma orientação, mas eles não sabem como fazer, porque eles não conhecem direito os nossos problemas da reserva. Na escola nós não estudamos sobre o meio ambiente.* (F. C. presidente da Associação de Moradores da comunidade do Livramento e aluna da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC. Pesquisa de campo. Agosto de 2010)

A esse respeito concluímos que a política educacional, nos dois níveis de governo Municipal e Estadual é descomprometida com a educação ambiental.

Demo (2003, p. 23) assevera que:

[...] O conhecimento e a aprendizagem são condição essencial para alcançar a autonomia crescente. [...] Conhecer é antes de tudo, saber não aceitar, saber questionar, não se submeter a limites e a fatos, não reconhecer fronteiras intransponíveis. A pobreza não consiste na carência de bens materiais, mas na degradação do ser, coibido de sentir-se sujeito capaz de comandar seu próprio

destino, prover o próprio sustento e construir suas próprias oportunidades. O sistema não teme o pobre com fome; teme o pobre que sabe pensar. Quem não sabe pensar, acredita no que pensa. Quem sabe pensar, questiona o que pensa.

Quanto ao desenvolvimento sócio-econômico das famílias do Livramento, assim como as demais famílias da REDES do Tupé, são enquadradas como de baixa renda. Parte das famílias retira sua renda de aposentadorias, de salários como funcionários públicos, da agricultura, zeladores de terrenos, condutor de lancha. Importante ressaltar que as famílias assalariadas conjugam seu trabalho com o plantio e o cuidado da roça (Nascimento et al, 2007).

No que concerne à utilização dos recursos naturais, a pesca e a caça são atividades utilizadas exclusivamente para subsistência. No que se refere ao extrativismo vegetal, os produtos mais usados para o consumo direto são: cipó-titica, o cipó timbó-açu, a castanha, a copaíba, o breu, a madeira e as frutas nativas; do extrativismo animal, os quelônios, os peixes para o consumo e os peixes ornamentais (PLANO DE MANEJO DA REDES DO TUPÉ, 2008).

O sistema de agricultura tradicionalmente praticado na Amazônia, característico das populações indígenas e das unidades de produção familiar, é o sistema de pousio, no qual a fase de cultivo agrícola é regionalmente conhecida como roça, envolve uma interação ecológica sustentável entre agricultura e o uso dos recursos florestais (FVA, 1998). Para Boff,

A sustentabilidade dá conta do equilíbrio dinâmico e auto-regulador (homeostase) vigente na natureza graças a cadeia de interdependência e complementariedades entre todos os seres que vivem de recursos permanentemente reciclados e por isso, infinitamente sustentáveis. (Boff, 1996, p. 158)

Todo o processo produtivo obedece ao signo das águas, conforme a baixa ou a cheia das águas do rio, ou seja, no período mais seco, corte e queima (coivara), no início da época das chuvas plantio e colheita (Witkoski, 2007). Os moradores do Livramento usam os quintais de suas casas para fazer seus roçados das mesmas espécies que as outras comunidades: cupuaçu, macaxeira, pupunha, maracujá, tucumã, buriti, bacaba, açaí.

Neste tipo de agricultura, os papéis de cada membro da família são bem definidos. Cabe aos homens adultos e jovens a realização dos processos de roçagem (broca), derruba das árvores e queima. O plantio geralmente é realizado por toda a família. As mulheres e filhos mais novos são responsáveis pelo manejo das roças (limpeza e plantio) e colheita (IPÊ, 2007). Em relação à questão dos roçados uma moradora afirma:

*Quando começou esse negócio de reserva, nós fomos impedidos de plantar, então isso foi tudo embargado e o povo com medo deixou, pois eles prendiam ferramenta, ameaçavam de ir pra cadeia, então o povo foram para o trabalho informal na praia da lua, e foi a época da enchente em que ninguém mais pode trabalhar, o povo ficou sem o emprego e sem os alimentos por que não podiam mais plantar, então antes a gente tinha liberdade de plantar o nosso roçado ... e hoje a gente não pode mais fazer isso tem que deixar trinta metros de mato, só pode plantar meia quadra, hoje a gente só pode fazer alguma coisa se tiver a licença ambiental e essas licenças demoram para chegar até nós, por exemplo eu pedi uma licença ano passado pra fazer um roçado e até hoje eu tô cobrando do conselho da reserva e ainda não chegou, eu pedi para construir uma casa ali no terreno que a minha filha tem há muitos anos e até agora não chegou. Os projetos de desenvolvimento sustentável nunca chegaram até nós. (S. S. coordenadora social da comunidade do Livramento, moradora local há 22 anos. Pesquisa de Campo, Agosto de 2010)*

A partir dos relatos coletados nas entrevistas, alguns fios dessa teia vêm sendo desfiados ao longo de cada fala, quais sejam: 1 – os órgãos ambientais só estão a serviço da natureza; 2 – não há investimento em educação ambiental na escola ou fora dela; 3 – não há esclarecimento a respeito de qual seja o papel da comunidade na conservação da REDES do Tupé; 4 – não há incentivo (cursos, palestras) nem recursos financeiros para que a comunidade construa uma nova forma de vida e de subsistência, através de projetos de desenvolvimento sustentável; 5 – não há políticas públicas em relação à água, luz, saneamento básico, educação e saúde.

Isso fica evidente na fala da Presidente da comunidade, quando esta afirma:

*Para ter a agricultura familiar nossas terras não são produtivas, para ter o projeto de piscicultura, o nosso rio é muito baixo. Então, o que fica? O que vamos fazer? Ai, colocamos o projeto de turismo, ai vieram os problemas*

*ambientais, a casa de farinha não querem dar licença, nós vamos presas, vamos pra justiça, mas a casa vai ficar pronta. Teve uma reunião que o cara da SEMMA esteve aí e começou a falar e eu levantei e fui perguntar dele vem as proibições, vem a cadeia, vem as ameaças e o projeto de desenvolvimento sustentável, sô sabe explicar pra nós aqui. Quando é que ele vem?(F. C. 32 anos, moradora nativa. Pesquisa de Campo, Agosto de 2010)*

Esbarra-se aqui numa questão que pode comprometer o objetivo de uma UC. Se a idéia é agregar homem e natureza para o bem dos dois, não é possível ser negligente com a população, não é possível tratar os moradores com descaso, deixando-os em segundo plano. Até o momento, o que ouvimos leva ao entendimento de que os moradores da REDES do Tupé se ressentem com o tratamento que recebem dos órgãos ambientais, porém no futuro podem estender esse sentimento para a natureza e ver nela não mais uma aliada, mas uma inimiga que só atrapalha a sua vida. É isso que se espera de um órgão preparado para lidar com questões ambientais e humanas?

A UC precisa de pessoas competentes que legalizem esta reserva, que fiscalizem, que proibam os atos de agressão à natureza, porém precisa também de pessoas comprometidas com a causa das pessoas que moram na reserva ou no entorno, pois não basta proibir, é preciso demonstrar como sobreviver da/na natureza sem precisar caçar, tocar fogo, desmatar. Caso contrário, a natureza é beneficiada em detrimento da população que sem saber como fazer para sobreviver vai procurar outras formas de vida, por vezes é até expulsa do seu lugar de origem.

Além da situação destacada pela moradora, há outro ponto desfavorável referente à agricultura (roçado) na comunidade do Livramento: a qualidade do solo. Boa parte da bacia do Rio Negro possui solos extremamente pobres para a agricultura, em relação a outras regiões tropicais. As atividades agrícolas nessas áreas são muito precárias, devido à falta de nutrientes e a acidez dos solos (Morán, 1990, p. 160). Em geral destaca-se nas roças da REDES a plantação da mandioca brava e da macaxeira.

Ainda segundo Morán (1973, apud Mórán, 1990), o cultivo da mandioca resolve um dos grandes problemas das populações amazônicas: o de cultivar terras extremamente deficientes em nutrientes, altamente ácidas e com níveis tóxicos de saturação de alumínio. A mandioca tem uma capacidade de produzir

safras impressionantes em ambientes oligotróficos<sup>8</sup> do trópico úmido, razão pela qual se converteu em uma planta pantropical.

Atualmente, a grande expectativa da comunidade do Livramento gira em torno da instalação da casa de farinha, doada pelo Hotel Amazon Jungle Palace (instalado no interior da reserva) sorteada entre as comunidades da REDES, cuja ganhadora foi a referida comunidade. Segundo a presidente da Associação de Moradores da comunidade do Livramento, está sendo um grande desafio consolidar esse projeto, dada a burocracia imposta pela SEMMA. Como pode ser conferido no discurso da presidente:

*O senhor Shayb que é representante do Hotel Jungle Palace, doou um empreendimento aqui pra reserva ganhar um flutuante e uma casa de farinha comunitária, teve a votação lá na SEMMAS e o Livramento ganhou a casa de farinha comunitária, agora segunda-feira eu fui pra reunião, nós convocamos a SEMMAS duas vezes e não apareceu nem um representante da SEMMAS aqui, e isso tá registrado na ata, quando chegamos até a SEMMAS eles ficaram culpando a comunidade por que não comunicaram nada, então eu descasquei logo dizendo que temos tudo em ata que vocês não compareceram as reuniões, e queria embargar a casa de farinha do Livramento e eu não aceitei, pois já existe pessoas trabalhando nessa casa e vão continuar trabalhando, fui convidada para conhecer uma casa modelo no Iranduba, e eu disse que a casa de farinha do Livramento vai sair sim, vocês querendo ou não. Penso que eles não gostaram da maneira como eu falei, eles não têm participação na comunidade, marcamos duas reuniões e ninguém apareceu, o seu Shayb veio que era o representante do hotel, só o pessoal da SEMMAS que não veio. É difícil trabalhar com a SEMMAS aqui na comunidade. (Pesquisa de Campo. Agosto de 2010)*

A cada fala da comunidade, o fio que se puxa remete à mesma questão já abordada anteriormente: o órgão ambiental, de posse do poder, o executa de forma arbitrária. O que vemos é um cabo de guerra, de um lado a SEMMA, fazendo tudo para embargar qualquer projeto que tenha interesse da comunidade (na visão dos moradores); do outro lado, a comunidade que age independente das decisões da SEMMA, e no meio está a natureza. Nessa guerra de forças talvez não haja ganhadores e a natureza seja vista como grande vilã.

A comunidade, sentindo-se abandonada pelo órgão ambiental, busca alternativas que melhorem a renda local, tanto que promoveu no mês de

---

<sup>8</sup> Ambiente em que há pouca quantidade de compostos de elementos nutritivos de plantas e animais.

agosto/2010, a 1ª Feira da Cultura (figura 8) numa tentativa de atrair turistas e promover o artesanato local, considerada pelos moradores como uma atividade de pouca visibilidade. Toda a logística e investimentos foram frutos dos esforços dos moradores.



Figura 8- Feira Cultural da Comunidade do Livramento

Na abertura do evento segundo a coordenadora social, a imprensa se fez presente, de forma que contribuiu para a vinda de muitos visitantes, porém com a chegada da vazante (julho a setembro), não foi mais possível dar continuidade as atividades. A dificuldade da travessia acabou impossibilitando a presença dos visitantes.

Nesse sentido, aparece nos diálogos com os moradores, certa frustração, pois atribuem a SEMMA a falta de alternativas de trabalhos, de projetos permanentes, que possam gerar renda aos moradores do local, principalmente em épocas de dificuldades, como é o caso agora da vazante. Esses investimentos, sem um planejamento prévio, geralmente resultam em fracasso, o que contribui para desmotivar os moradores e dificulta a participação em novos projetos.

Os moradores da comunidade compartilham outras atividades culturais comuns, como festas e danças. Segundo o antropólogo Charles Wagley (1988, p. 44), que conviveu por alguns anos com as populações da Amazônia: “[...] é nas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam em associações, adoram os seus deuses, têm

suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas”.

Apesar de não serem muitos os eventos culturais significativos no Livramento, são essas atividades sociais que os unem no tempo presente, fortalecem os laços de convivência, possibilitando uma segurança para o futuro e fazendo também com que novas gerações conheçam, respeitem e desenvolvam o sentimento de pertencimento não somente pelo território que habitam, mas por toda bagagem de conhecimento histórico construído por seus antepassados. Isto é, suas experiências, seu saber fazer propiciam uma cultura própria, local, com um sistema social desenvolvido a partir de suas necessidades.

Um elemento importante na constituição da comunidade são as comemorações dos dias de santos, já que nas comunidades amazônicas a religiosidade tem forte influência católica, as crenças, as práticas e os ritos religiosos são muito comuns e tradicionais. Estão presentes nos festejos anuais dedicados a cada um dos santos escolhidos como padroeiro, como é o caso da festa de Nossa Senhora do Livramento, com o novenário e o tradicional arraial. Existem outras entidades religiosas na comunidade, são elas: Batista, Assembléia de Deus, Exército de Cristo, Pentecostal da Fé, Deus é Amor e Presbiteriana.

A centralidade das comunidades amazônicas, segundo Fraxe, Witkoski e Pereira (2007, p. 55) é comumente formada por igreja, escola e a sede comunitária. Embora tenham diferenças, sempre comporta essas três instituições, entendendo que esses são os espaços onde ocorre a socialização dos moradores, na medida em que constitui o lugar do encontro e lazer. Na comunidade do Livramento, as comemorações acontecem na área em frente à igreja ou no clube social localizado ao lado da igreja (figura 9).



Figura 9 - Igreja Nossa Senhora do Livramento; Clube Social.

A crise ambiental estabelecida a partir das transformações econômicas exige do homem contemporâneo uma tomada de consciência para a preservação e conservação<sup>9</sup> da natureza, isto é, a internalização de limites e normas, a incorporação da ação ao discurso ambientalista nos processos econômicos, tecnológicos e políticos. Sendo assim, é possível afirmar que a garantia da conservação e preservação do ambiente não está apenas em delimitar uma área como unidade de conservação, mas em desenvolver projetos que propiciem à comunidade a sua subsistência sem agredir a natureza.

É o que deve acontecer na REDES do Tupé para que aconteça de fato (já que de direito já está assegurada) a implementação de uma UC que entrelace homem-natureza. Para isso, faz-se necessário o entendimento de que a Amazônia, especificamente, abrange um complexo sistema de conhecimentos tradicionais e modernos que formam processos locais de relação entre cultura e natureza, entendidos como: a práxis dos atores sociais, seus valores, crenças, artefatos, as práticas e formas de uso dos recursos locais. As populações rurais que habitam a

<sup>9</sup> É preciso esclarecer a diferença entre o Movimento Preservacionista e o conservacionista. O primeiro prevê: uso estético da natureza, preservação estrita da natureza “seres humanos e animais silvestres não combinam”, natureza apenas para contemplação e lazer, proteção da natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Já o Movimento Conservacionista: Conservação das paisagens de grande beleza cênica, uso humano e utilitarista da natureza muitas vezes mais eficaz do que se permanecesse intocado, uso humano da natureza de forma controlada e equilibrada, natureza como reservatórios de recursos, atribuição do valor econômico à natureza, uso humano baseado na prevenção de desperdícios e uso dos recursos naturais da maioria dos cidadãos. (Dias apud Steiman, 2008).



região são dotadas de saberes sobre os ciclos da natureza, o que se reflete em diferentes estratégias de uso dos recursos locais.

Geertz (1989) esclarece que o saber intervém em todas as práticas sociais, culturais, simbólicas, produtivas, além de se expressarem e se articularem aos processos ecológicos, econômicos e tecnológicos. Isto é, o saber tradicional, cultural, das sociedades intervém em todo processo de significação do mundo e também de apropriação da natureza, orientando tais populações às práticas sociais, produtivas e organizativas. Leff (2004), por sua vez, ratifica essa teoria, ao afirmar que as práticas de uso dos recursos locais, são dependentes do sistema de valores das comunidades, do que as mesmas pensam sobre o significado cultural dos seus recursos, da lógica social e ecológica das suas práticas produtivas.

O binômio sociedade-natureza deve ser entendido como uma relação dinâmica, dependente da articulação histórica dos processos tecnológicos e culturais, oriunda das relações sociais de produção, uma vez que as modificações causadas pelas sociedades na natureza tem um enorme potencial transformador e em muitos casos destrutivo. Porém, o que leva o ser social a agir de forma contraditória, protegendo e ao mesmo tempo interferindo negativamente nos processos naturais, tem o envolvimento direto com seu poder cognitivo, sua capacidade técnica de criação e transformação, entre outros fatores, e fundamentalmente, a relação dos atores sociais entre si.

Godelier (1984 apud Diegues, 2000), ao tratar das relações homem-natureza, afirma que através da capacidade de mudar as relações com a natureza, ao transformá-la, os atores sociais estão inventando novas formas de sociedade, mas está sempre intrínseco neste vínculo, representações e idéias que, de certa forma, expressam-se nas condições materiais de produção.

Nesse sentido, percebe-se que há diferentes formas de se analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem do ambiente em que vivem, tendo em vista terem esse sistema como base para agirem sobre a natureza. Exemplificando tal afirmação, pode-se observar que o significado da floresta Amazônica para um morador ribeirinho e para um indivíduo oriundo de outro lugar, um migrante, por exemplo, é bem diferente (Chaves, 2001).

Para o primeiro, ela é considerada seu habitat, de onde pode obter sua sobrevivência; para o segundo, trata-se de um obstáculo a ser vencido para se implantar a agricultura, a pecuária, ou seja, seria uma fonte potencial de lucro.

Tomando por base este exemplo, pode-se considerar que ambos os indivíduos citados, participam de sistemas econômicos diferentes e cada um desses sistemas pode determinar um modo diferente de expropriação dos recursos locais e do uso do trabalho humano, ao que remete a seguinte consideração: “[...] não é simplesmente a natureza, as limitações geográfico-ambientais que motivam um tipo específico de exploração dos recursos naturais da floresta, mas sim as formas com que se configuram as relações sociais, suas racionalidades intencionais, seus objetivos de produção material e social [...]”; o elemento fundamental vem mais da cultura e das capacidades produtivas de uma sociedade que das condições naturais. (Diegues, 2000, p.64)

As grandes e rápidas transformações ocorridas na Amazônia nos últimos 40 anos exigem enorme esforço em compreender e situar as causas e conseqüências que o modelo capitalista de desenvolvimento impôs a essa região. Na aparente brevidade do tempo de exploração das riquezas regionais, mexeu-se profundamente com o ecossistema e a biodiversidade, alterando significativamente o modo de ser e viver de seus habitantes. A Amazônia, por todos os seus atributos, não pode ser entendida como um espaço vazio, um espaço solto, pronto para ser explorado. É sim, um espaço habitado e, conseqüentemente, um caminho a ser trilhado por um modelo de desenvolvimento que una o econômico, o ecológico e o humano. Esse desenvolvimento, necessariamente, terá que passar pelos conhecimentos e saberes de seus habitantes, sob pena de afetar o ambiente natural e toda a gama de cultura presente na sociedade local (Jesus, 2000, p. 25).

A Amazônia não é um espaço vazio demográfico ou cultural. Existem nela populações indígenas e caboclas que conhecem as características de sua localidade. Para os duplos fins de conservar e desenvolver a Amazônia, será necessário, a partir dos habitantes da região, aprender sobre a complexidade de seu mundo. O mundo amazônico incluiu muitos ecossistemas inter-relacionados, cada um com sua própria história natural, suas características geofísicas e químicas e suas populações humanas com diferentes densidades demográficas. Tais diferenças são resultados, em parte, do processo de adaptação dessas populações à variabilidade existente dentro da Amazônia e, em parte, resultado do efeito de diferenças históricas culturais. (Morán, 1990, p. 18)

Quando da criação de uma UC deve-se levar em conta que as questões culturais da população não são abandonadas de uma hora para outra. É preciso conversa, orientação e principalmente, é preciso substituir velhas práticas por outras menos agressivas à natureza. Para isso, os órgãos ambientais devem fazer um trabalho de educação, ou melhor, reeducação, no sentido de promover discussões e apresentar propostas que juntamente com a comunidade possam ser implantadas. Não é porque o povo vive em uma reserva que suas necessidades básicas são supridas. Eles continuam precisando de saúde, educação, saneamento básico, comida, transporte.

Essa questão ganha maior significado se entendermos que a Amazônia apresenta uma diversidade de populações tradicionais: caboclos, indígenas, ribeirinhos que ainda estão relegados a uma condição de exclusão social, gerando degradação de suas condições de vida e o aumento dos conflitos sociais. O acesso aos bens e serviços sociais como moradia, saúde, energia elétrica, entre muitos outros, também é precário.

As práticas de destruição da natureza devem ser vistas também pelo prisma da história, pois em alguns momentos a derrubada de árvores, a exploração desenfreada de produtos nativos foi incentivada como prática que traria progresso e desenvolvimento. Esse homem traz consigo as bagagens sociais, culturais e históricas em sua prática com a natureza.

De acordo com Jesus (2000), o marco histórico desse processo devastador se deu no período da ditadura militar, entre o período de 1964 à 1985. Isso não significa que não houvesse uma exploração predatória da região, mas foi a partir do golpe militar que a aliança capitalista dos grandes empresários e latifundiários teve total apoio do Estado para explorar, expropriar e expulsar posseiros, índios e caboclos de suas terras, além de proporcionar grandes benefícios econômicos para a promoção e a expansão capitalista no campo.

Os estudos de Ianni apud Jesus (2000) apontam que houve uma articulação entre a ditadura e a transformação da Amazônia, modificando as relações de produção, as forças produtivas e as classes sociais na Amazônia, que foi posta econômica e politicamente a serviço da ditadura, sendo, também, obrigada a propiciar uma maior “unificação” das classes sociais em âmbito mais largo, nacional.

As grandes transformações ocorridas na Amazônia, frutos de uma política tendenciosa em favor do grande capital, acobertada pelo regime militar e com todo o apoio e incentivo fiscal do governo federal, foram extremamente nocivas às populações: índios, caboclos e posseiros, pois o seu espaço de viver e conviver foram violado, e muitas vidas sacrificadas. Foram mudanças que ocorreram em ritmo devastador, atingindo as culturas, as relações de produção, as riquezas naturais e minerais, e afetando, inclusive, o modo de vida das populações locais.

Os primeiros colonizadores ignoraram as diferentes condições do ambiente natural dessa região. A Amazônia passou por processos econômicos - ciclos das drogas do sertão, da agricultura, borracha, do cacau, da pecuária. Segundo Freitas e Silva (2000, p. 2), "[...] o desenvolvimento de um processo migratório de trabalhadores familiarizados com os serviços urbanos aceleraria a mudança nos índios e caboclos", pois o efetivo processo de miscigenação ocorrido na Amazônia originou-se a partir dos diversos ciclos de ocupação da região, impulsionando a diversidade cultural que predomina na região.

Os diferentes elementos culturais que deram origem a sociedade amazônica, influenciados pela cultura indígena podem ser vistos, fundamentalmente, na adoção de técnicas adaptativas e de plantio, na relação com a natureza e na forma de organização para o trabalho. A população tradicional quando realiza ações contra a natureza, não o faz porque tem a intenção de fazer o mal, está executando o que viu seus antepassados fazerem. A partir disso, pode-se afirmar que a comunidade Nossa Senhora do Livramento está hoje entre as práticas culturalmente legitimadas e historicamente construídas. É necessário construir novas práticas que atendam a necessidade da manutenção da REDES do Tupé.